



ATA DA 1ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quinze no Auditório da Casa da Cultura, em Ponte da Barca, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

Agradeceu o acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos, proposta, em convocatória, para esta reunião: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2014 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 28 de novembro de 2014. -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;-----

2.2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2014;-----

2.3 – Comunicação das Alterações Orçamentais;-----

2.4 – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

2.5 – Aquisição de Participações Locais (Lei nº 50/2012, de 31 de agosto).-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: o membro Alberto Luís de Oliveira Vilas (PSD) de Valença justificou a sua falta e foi substituído por Paula Alexandra Melim Santos Natal Araújo; o membro António Manuel Soares Pereira (PSD) Valença justificou a sua falta e foi substituído por José Manuel Bastião Veríssimo.-----

O membro Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD) justificou a sua falta no próprio dia por motivo de doença.-----



Não estiveram presentes: o membro José Augusto Brito Pacheco (PS) de Paredes de Coura e o membro José Augusto Viana de Sousa (PSD) e Paredes de Coura, tendo, ambos os membros, justificado a sua ausência.-----

--- O Senhor Presidente iniciou a sessão, com a leitura da Ordem de Trabalhos, tendo iniciado com o “Período de Antes da Ordem do Dia” -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2014, realizada em 28 de novembro de 2014 da Assembleia Intermunicipal.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para este ponto. Inscreveu-se o membro Paulo Pimenta.-----

Paulo Pimenta – Começou por cumprimentar toda a Assembleia, passando à leitura de uma Moção, do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista na CIM do Alto Minho, sobre o 25 de abril de 1974, anexa à presente ata. (Doc. 1/2015) -----

--- É referido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, que a apresentação da Moção deveria ser efetuada no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

--- O Senhor Presidente passou de imediato à votação da ata, tendo-se registado sua aprovação com o total de 26 votos, com 22 votos a favor, 4 abstenções e 0 votos contra. -----

Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente procede à ratificação da substituição da membro, Ana Cristina Araújo Silva dos Santos, da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, após esclarecimentos e apresentação por parte da mesma Assembleia, de documentos comprovativos da alteração ao anteriormente comunicado, através de certidão emitida de 16 de abril de 2015, pelo membro, Fernando José Rodrigues Pires Venade, tendo sido verificada a sua legitimidade pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, do membro agora integrado nesta Assembleia, como membro efetivo, eleito pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira. (Doc. 2/2015)-----

Comunica que a Mesa apresenta um voto de pesar pelo falecimento, em Janeiro do ano em curso, do anterior Secretário Executivo da CIM Alto Minho – Engenheiro Juvenal Silva Peneda, que exerceu estas funções entre novembro de 2008 e julho de 2011, relembrando as relações de amizade estabelecidas, métodos de trabalho aplicados, dinamismo, delegação eficaz de funções e responsabilidade nos seus colaboradores, contributos muito valiosos para a dinamização desta CIM com reconhecimento a nível nacional. Sendo esta, a primeira reunião após o seu falecimento, é apresentado o Voto de Pesar. Aprovado o Voto de Pesar por unanimidade é solicitado um minuto de silêncio. (Doc. 3/2015)-----

É cumprido um minuto de silêncio por toda a Assembleia.-----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto: **1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.** -----



--- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi aberto o período de inscrições para este ponto, e inscreveram-se os membros: Maria Emília Cerqueira e Cristina Martins.-----

Emília Cerqueira – Cumprimentando toda a Assembleia comunica ter também a apresentar uma intervenção sobre o 25 de abril, passando de imediato à sua leitura, conforme documento anexo á presente ata. (doc. 4/2015) -----

O Senhor Presidente cede a palavra à membro Cristina Martins.-----

Cristina Martins – Cumprimenta toda a Assembleia apresentando breves reflexões sobre o quadragésimo primeiro aniversário do movimento militar de 25 de abril, de 1974, do Movimento Independente Pensar Cerveira, documento anexo à presente ata. (Doc. 5/2015) -----

--- Retomando a palavra o Senhor Presidente da Mesa, agradece as leituras efetuadas passando ao Período da Ordem do Dia, ponto **2.1 - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal**, a ser apresentada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, José Maria Costa, sendo-lhe cedida a palavra.-----

José Maria Costa – Cumprimenta a Mesa, colegas e toda a Assembleia Intermunicipal, comunicando a razão da ausência do Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, em reunião de Câmara e do Presidente da Câmara Municipal de Caminha presente numa reunião da Pólis Litoral Norte, onde também esteve presente justificando assim o seu atraso.-----

Começa por referir que todos se associam às intervenções apresentadas, sendo inegável o peso e a importância de exaltar a data do 25 de abril, sendo sempre de realçar a importância da data, esperando o terceiro “D”, sendo que o primeiro era Democratizar, o segundo Descolonizar e o terceiro Desenvolver, sendo que todos são autores e coautores do desenvolvimento, sendo esse o motivo do trabalho desenvolvido. Inicia a sua intervenção dando nota do trabalho exaustivo da CIM, não só do Conselho Intermunicipal mas também do Secretário Executivo e toda a equipa técnica. Refere a fase crítica - fase final, das intervenções do fecho de um Quadro Comunitário de Apoio e preparação, com todas as inseguranças, imprevistos e imprevisibilidades resultantes do novo quadro, novos regulamentos, envolvendo a apresentação de candidaturas, projetos e ações que se procuram conjugar com as informações/diretivas que têm chegado tardiamente. Salienta a preparação de um Quadro Comunitário, a própria estruturação e dimensão com o que foi pensada para as Comunidades Intermunicipais, a preocupação, na ausência de um processo de descentralização mais acentuado, a que se chamaria “regionalização”, onde existiriam entidades intermédias para elaboração de trabalhos de planeamento, articulação e coordenação de políticas e estratégias de desenvolvimento, procurando ultrapassar esse patamar. Referindo a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, tendo a CIM participado no debate e até mesmo integrado uma Comissão Parlamentar, visando e reforçando toda a dinâmica da concertação dos



interesses das diversas comunidades, agilizando estratégias e projetos a uma escala mais supramunicipal. Refere os trabalhos realizados, de conhecimento geral, com a elaboração de uma Agenda do Alto Minho 2020, preparando o desenvolvimento futuro, como uma previsão para os próximos ano, para que este espaço territorial possa ser mais coeso, mais atrativo, mais competitivo e também mais resistente às intempéries da economia, com as crises económicas, o designado de “resiliência económica”.

Trabalho este desenvolvido com diversas comunidades, membros eleitos da comunidade intermunicipal e outros atores económicos, sociais, culturais e agências de desenvolvimento, preparando todo o processo, que infelizmente, se veio a constatar que, o que estava a ser ponderado e pensado em termos de uma organização para que este quadro comunitário não fosse mais uma repetição de projetos autónomos e individuais, embora os municípios pudessem concorrer sozinhos, mas procurando antes, uma concertação com uma visão mais supramunicipal. Tendo sido surpreendidos com o que era uma pretensão, um desígnio acentuado, não se veio a concretizar, verificando-se que os próprios regulamentos comunitários e afetações de receitas para o quadro que agora se inicia, com redução nas áreas de intervenção financeira do FEDER e também nas ações intersectoriais, de interligação com os serviços de saúde, da área social, de educação, de empregabilidade e outros. Assim, sente-se alguma desilusão face ao que foi inicialmente apresentado, como um caminho de aprofundamento de algumas estratégias de desenvolvimento, tendo implicado grande esforço de todos, procurando conjugar estratégias, que na última hora se percebeu que algumas dessas estratégias não eram suficientemente abrangíveis. Outra experiência, também pouco positiva, tem sido o contato com organismos do governo e com instituições da administração central descentralizada, verificando-se que o que está passível de ser contratualizado, por parte das entidades intermunicipais e áreas metropolitanas, também carece de informação superior, não estando devidamente informados da responsabilidade atribuída, incapacitando uma melhor interlocução, aumentando as dificuldades sentidas.

Informa sobre a apresentação da estratégia, a nível do norte, numa reunião no Porto, tendo esta CIM ficado num lugar privilegiado a nível nacional, em primeiro lugar na apresentação das estratégias, sendo justo, pelo trabalho desenvolvido por todos. Surgindo, na fase de apresentação das candidaturas, dificuldades por parte dos interlocutores, sendo que após uma reunião com o novo representante da Autoridade de Gestão, Eng^o. Jorge Nunes da Comissão de Coordenação Regional do Norte (CCDRN) antigo Presidente da Câmara Municipal de Bragança, que substituí o Eng^o. Carlos Duarte, deu-se conhecimento das novas dificuldades, mesmo as da equipa técnica de suporte, com dificuldade em nos transmitirem orientações mais concretas em alguns segmentos de candidaturas, estando prevista uma reunião conjunta com todas as



entidades, que permita entroncar. Exemplificando, com a competência descentralizada que os municípios têm, já em alguns casos, como no setor da educação e no que respeita a funções sociais e de apoio para as estratégias de combate ao insucesso escolar, estavam previstas serem contratualizáveis, verificando-se que, a entidade da ação escolar e o próprio Senhor Secretário de Estado, tiveram dificuldade em dar uma informação útil que permitisse construir uma grelha de trabalho, sendo também preocupante o montante financeiro afeto ao nível do PO Regional nesta área, de acordo com as despesas atuais. Não sendo suficiente para os sete anos futuros, de acordo com o contratualizado com os municípios e considerando os valores de despesa atuais, conclui-se cobrir apenas metade do prazo da contratualização, ou seja, o valor cabimentado no PO Regional é insuficiente. Estando a tentar ultrapassar estas dificuldades, dá conhecimento de outra situação preocupante, que é a reabilitação das escolas EB2, 3 e Secundárias, que embora já tenha sido feito muito trabalho, ainda carecem de intervenções, verificando-se que também aqui, o montante financeiro disponível ser escasso. Embora o montante para a região norte seja interessante, comparativamente com outras regiões, dos cerca de trezentos milhões de euros, a região norte tem, cerca de 140 milhões de euros, perante o levantamento existente do conhecimento da própria Secretaria de Estado da Administração Educativa, no entanto o montante disponível não chega para as intervenções necessárias, o que irá obrigar à construção de uma grelha de critérios plausíveis para se identificarem prioridades, dentro das prioridades, existindo uma segunda questão relevante, não só a questão dos investimentos que vão ser feitos, mas por quem, é que vão ser feitos, sendo de conhecimento anterior, que se for feito por uma entidade de âmbito nacional, como a Parque Escolar – os custos aumentarão, ao contrário se forem elaborados pelos Municípios provavelmente serão mais baixos, conseguindo fazer mais obra com menos dinheiro. Colocando-se a questão da componente nacional nas candidaturas, sendo que pela Parque Escolar o estado assumirá 15% da componente nacional, ficando a dúvida do valor se for transferido para os municípios. Refere uma reunião no início do mês em curso, de que resultou uma consensualização razoável quanto aos critérios e objetivos, estando nesta fase a ser feito um trabalho de filtração com as CIM's, onde a CIM do Alto Minho reunirá para definir as suas prioridades, com muitas dificuldades, nesta fase de preparação de candidaturas, por falta de clarividência do que são as Grandes Opções. Outra área, a discutir na próxima reunião do Conselho Intermunicipal, prende-se com o Ciclo Urbano da Água – intervenções na água e saneamento, tendo já sido feito algum trabalho, não estando ainda terminado, não se conhecendo ainda a tática, sabendo-se apenas que se efetuarão investimentos, mas que com a alteração e a indefinição dos próprios regulamentos e critérios de elegibilidade, dificulta a perceção; a falta de notas nos próprios Avisos de Abertura, sobre se poderá ser assumida uma posição individual ou conjunta. Continua a CIM a



desenvolver trabalho ao nível de preparação de instrumentos, sucedâneos da estratégia adotada em diversos domínios. Foi feito um trabalho interessante para o lançamento do Minho IN ponto 2, no âmbito do PROVERE – Valorização dos Produtos Endógenos Locais, tendo sido também surpreendidos, com uma dificuldade acrescida, até esta altura, esta candidatura envolvia três CIM's: CIM do Alto Minho, CIM do Ave e CIM do Cávado, encontrando-se todas no mesmo patamar de elegibilidade, tendo surgido o denominado “Mapa dos Municípios de Baixa Densidade”, estando no Alto Minho abrangidos quatro municípios, que efetivamente não o são, o mesmo acontecendo nas outras duas CIM's. Levantando-se a questão, ainda sem resposta, se se pode manter o percurso anteriormente adotado, de conjunto e dar sequência ao trabalho iniciado e desenvolvido nesta base ou se terá esta candidatura, em termos de elegibilidade de ser alterada, exemplificando algumas intervenções efetuadas em Ponte da Barca, considerado município de baixa densidade, se poderá ou não ser financiado a 100%, como o caso de outros municípios como o de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha ou Valença (não considerados de baixa densidade). Tem-se procurado estabilizar estratégias que se prendem com áreas de interesse para este território, como é o caso do Gabinete de Ação Costeira do PROMAR, com indefinições iniciais, tendo-se conseguido alterações, com exemplo, referiu sendo a CIM do Alto Minho Entidade Gestora do GAC (Gabinete de Ação Costeira), aquando do primeiro regulamento, inicialmente as CIM's não eram entidades que pudessem estar na gestão, tendo-se conseguido alterar. Esperava-se que no quinto Quadro Comunitário de Apoio estivesse melhor definida a articulação de estratégias, sentindo-se ainda dificuldades muito objetivas. ----- Reconhecendo-se que o Alto Minho tem tido um papel importantíssimo no desenvolvimento económico, na captação de novas empresas e na criação de emprego, em variadas formas, com estratégias próprias, potenciando os seus ativos territoriais e os seus produtos de excelência. Quando se abordam questões do empreendedorismo e da competitividade e das iniciativas para a competitividade do território, em alguns projetos, verifica-se que os municípios não são considerados, ou seja, estratégias que no quadro anterior os municípios detinham, algumas funções foram transferidas para Associações Empresariais. Constatando-se assim dificuldades, diferenciadas de acordo com os municípios com mais ou menos atores económicos ou sociais, que, se não for da competência das Câmaras, será mais difícil de ultrapassar. ----- Questionando-se, se os resultados eram favoráveis, porque é que foram alteradas as estratégias, principalmente pelo objetivo de continuar a apostar no desenvolvimento económico, sendo importante trabalhar estas áreas, pois existia um trabalho de cumplicidade com os atores económicos, com Associações existindo até em construção projetos conjuntos. Outra questão, de um tema um pouco controverso, prende-se com a oferta educativa, que pela falta de maior diálogo com os municípios, era importante ter existido algum tempo e trabalho de concertação,



para dimensionar as escolas profissionais, até pelo problema sério, da diminuição de alunos, o problema da rarefação dos alunos nas escolas profissionais, secundárias. Seria importante que a preparação da oferta dos cursos fosse adequada às próprias realidades, tempo de adequação dos perfis profissionais de alguns docentes das escolas, podendo ser necessário redirecionar para setores mais solicitados, tendo este trabalho sido iniciado – Pacto da Empregabilidade, tendo sido surpreendidos com uma reunião que anuncia as ofertas profissionais a fazer sem prévia discussão para se ter uma situação mais confortável. Referindo a importância de algumas escolas profissionais no desenvolvimento do próprio território, evidenciando a necessidade de negociação e não confrontados com posições assumidas para este território sem que o diálogo tenha sido promovido.-----

Conclui, ter referido essencialmente as dificuldades sentidas, no intuito de demonstrar que apesar de todas as indefinições referidas e dificuldades de percurso, está a CIM atenta e numa perspetiva colaborativa para concertação com outros atores. Refere o assunto, do mapeamento das escolas, decidido em Bruxelas e que o nosso País aceitou, sobre o qual discorda, pela imprevisibilidade atual dos factos, referindo achar importante a definição do aumento de índices de formação, de qualificação de resposta entre outros.-----

Passando á temática da saúde e após uma reunião, fazendo uma avaliação positiva, com o Presidente do Conselho de Administração da ULSAM, de onde resultou a perceção das realidades, do envelhecimento da população, do diagnóstico prospetivo que temos e como poderemos dimensionar os nossos serviços de saúde, tendo-se percecionado o que é necessário fazer, e que há valores *per capita* atribuídos ao nosso distrito que são mais baixos comparativamente a outros, do que resultam cerca de 10 a 11 milhões de euros/ano a menos, com reflexos na modernização, nos equipamentos, nos investimentos e até na própria afetação de recursos, considerando um sistema injusto. Tendo sido percecionado que este assunto também vai ser objeto de um mapeamento, estando previstos investimentos para a ULSAM: serviço de urgência, no atendimento externo e um outro, na ordem dos 4 a 5 milhões de euros estando previstos para a região norte cerca de 22,8 milhões de euros e sendo já conhecidos alguns direcionamentos de verbas, como exemplo um compromisso com o Hospital de Vila Nova de Gaia de 12 milhões de euros, mesmo antes da abertura dos avisos. Assim prevê-se que os investimentos, previstos da ULSAM, possam ser indeferidos por falta de verba suficiente.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, questiona a assembleia sobre algum esclarecimento pretendido, não havendo inscrições passa ao ponto **2.2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2014**, cedendo a palavra ao Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Começa por referir que o relatório é exaustivo referindo uma novidade, também comum aos municípios, de acordo com a nova legislação, todos os relatórios têm que



ser objeto de parecer de um Revisor Oficial de Contas (ROC), sendo um aperfeiçoamento e uma forma de melhorar a informação. Refere estar o documento dentro dos padrões da transparência, do cumprimento rigoroso do princípio da especialização, com pequenas notas do exercício de metodologia, ligadas á afetação de algumas rubricas, solicitam destrição mais efetiva, tendo o ROC em Conselho Intermunicipal explicado, por ser uma matéria muito técnica, tratando-se de movimento entre contas, concluindo estarem as contas bem realizadas. Refere ser a atividade da CIM muito baseada nos Fundos Comunitários, com poucas receitas próprias - as quotizações dos municípios, baseando-se nas intervenções e projetos em curso, estando em fase decrescente desde 2014, apresentando-se uma fase de desconhecimento dos instrumentos financeiros disponíveis, estando em linha com o relatório de 2013. Terminada a intervenção, apresenta-se disponível para esclarecimentos sobre o documento.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradecendo a intervenção, questiona a assembleia abrindo o período de inscrições. Inscreve-se a membro, Maria João Abreu.-----

Maria João Abreu – Cumprimentando toda a assembleia, dá as boas vindas a Ponte da Barca. Manifesta que o Partido Socialista e, pensa ser sentimento geral, reconhece á CIM uma boa gestão, projetos democráticos beneficiando todos os concelhos, referindo que o relatório de contas de 2014 regista uma enorme redução dos investimentos no distrito, reflexo do facto referido, pelo Senhor Presidente, de falta de Fundos Comunitários, manifestando a esperança de um ano de 2015 melhor.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do documento apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, após a qual, o documento Relatório de Gestão e Contas de 2014, é aprovado por unanimidade dos presentes, passando o senhor Presidente á leitura integral da minuta, sendo esta também aprovada por unanimidade. (Doc. 6/2015) -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, passa ao ponto **2.3 – Comunicação das Alterações Orçamentais**, passando de imediato á leitura do documento, informando a Assembleia Intermunicipal, nos termos da alínea c) do artº. 90º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, as alterações orçamentais realizadas no período que decorreu entre a última reunião e a presente: 6ª alteração orçamental de 2014 e 1ª alteração orçamental de 2015 de acordo com documento anexo. (Doc. 7/2015) -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, passa ao ponto **2.4 – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, concedendo a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal.--
José Maria Costa – Começa por referir que esta autorização, após aprovação em Conselho Intermunicipal, terá que ser ratificada em Assembleia Intermunicipal, referindo-se á autorização de assumir encargos que não excedam o limite de 99.759,50 euros em cada um dos anos



económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. Assim, solicita à Assembleia Intermunicipal a ratificação dos procedimentos realizados com carácter plurianual entre 1 de abril de 2014 e 31 de março de 2015, de acordo com o mapa anexo. (Doc. 8/2015).----

--- O Senhor Presidente questiona a Assembleia sobre alguma questão a apresentar sobre este assunto. Não havendo inscrições passa de imediato à votação, após a qual, é aprovada por unanimidade dos presentes, passando o senhor Presidente á leitura integral da minuta, sendo esta, também aprovada por unanimidade. (Doc. 8/2015) -----

--- O Senhor Presidente passa ao último ponto do Período da Ordem do Dia: **2.5 – Aquisição de Participações Locais (Lei nº 50/2012, de 31 de agosto)**, cedendo novamente a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal.-----

José Maria Costa – Começa por referir que este assunto prende-se com o processo de extinção das Comunidades: VALIMAR acionista da VALICOM com ações correspondente a 51% do seu capital social e da Associação Municipal do Vale do Minho acionista das MINHOCOM, com ações correspondentes a 51% do seu capital social. Pretendendo-se a transferência, e de acordo com a nova legislação das áreas empresariais do Estado, sendo necessários apresentar ao Tribunal de Contas o processo e transferir as ações para a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, para posterior extinção definitiva das anteriores Associações de Municípios. De acordo com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que consagra o Regime da Atividade Empresarial Local, sendo necessário proceder à aquisição dessas participações, sem custos, transitando das antigas entidades para a entidade atual – CIM - num projeto de fusão, sendo obrigatória a aprovação em Tribunal de Contas. Processo do ponto de vista técnico e jurídico complexo, pelo que está presente o técnico, Prof. Mota e Costa, para eventuais esclarecimentos de dúvidas, sendo solicitada à Assembleia Intermunicipal autorização para adquirir, por parte da CIM as ações, a título gratuito das duas sociedades. -----

O Senhor Presidente da Mesa agradecendo a intervenção, abre o período de inscrições. Não havendo inscrições passa de imediato à votação, após a qual, é aprovada por unanimidade dos presentes, passando o senhor Presidente á leitura integral da minuta.-----

--- É solicitada uma intervenção, por parte de um membro da Assembleia.-----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa é cedida a palavra ao membro, Salvato Trigo.-----

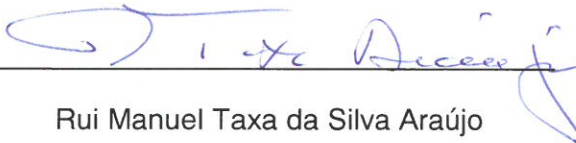
Salvato Trigo – Cumprimentando todo o plenário, efetua algumas observações a especificações que deverão estar no documento.-----

--- O Senhor Presidente, agradece as observações a serem tidas em consideração no documento, passando à votação da minuta, o documento é aprovado por unanimidade dos presentes (Doc. 9/2015) -----



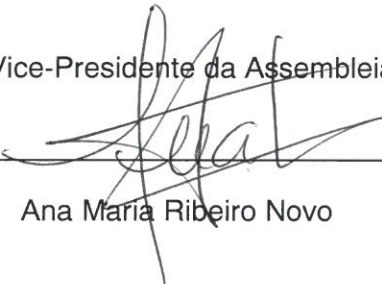
--- O Senhor Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **3 - Período de Intervenção do Público**. Não se registaram inscrições para o ponto apresentado.-----
--- O Senhor Presidente propõe a votação das moções apresentadas: sendo a primeira, a moção do Partido Socialista, passando à votação, a mesma é aprovada com 34 votos e uma abstenção.
--- Sendo esclarecido que o documento, sobre o 25 de abril, apresentado pelo PSD não é uma moção como tal não deverá ser submetido a votação. -----
--- Por fim, é esclarecido que o documento apresentado pelo Movimento Independente Pensar Cerveira, também não é uma moção, apenas uma intervenção relativa ao quadragésimo primeiro aniversário do movimento militar de 25 de abril de 1974, portanto não submetido a votação.-----
--- O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu e encerrou, pelas dezanove horas e trinta minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia



Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia



Ana Maria Ribeiro Novo

O Secretário da Assembleia



Abel Nunes Lopes



Maria Virgínia Guedes do Rego